



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO: BASES
EPISTÊMICO-TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA A ANÁLISE E PROSPECÇÃO TERRITORIAL

Rafael Gonçalves Gumiero (Universidade Federal do Sul e Sudeste do) - gumiero@unifesspa.edu.br
Formado em Ciências Sociais pela UNESP, Mestre e Doutor em Ciência Política pela UFSCar.

Monica Carniello (Universidade de Taubaté (UNITAU)) - monicafcarniello@gmail.com
Graduada em Comunicação Social pela PUC-Campinas, Mestre em Comunicação e Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-São Paulo

Edemar Rotta (Universidade Federal da Fronteira Sul) - erotta@uffs.edu.br
Graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco, Mestre em Sociologia pela UFRGS e Doutor em Serviço Social pela PUC-RS

Anelise Graciele Rambo (UFRGS) - anelise.rambo@ufrgs.br
Graduação em Geografia pela UNIJUI. Mestre em Geografia e Doutora em Desenvolvimento Rural pela UFRGS

ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO:

bases epistêmico-teórico-metodológicas para a análise e prospecção territorial

RESUMO

A abordagem territorial do desenvolvimento tem como referência o território, tanto no diagnóstico, quanto na análise e prospecção de alternativas de futuro. Desde fevereiro de 2021, está em execução um processo de investigação, envolvendo mais de trinta pesquisadores oriundos de vinte universidades do Brasil, Portugal, Espanha e Argentina, cujo objetivo é mapear os pressupostos epistêmico-teórico-metodológicos que atendam à perspectiva territorial de análise, com o fim de orientar a elaboração de procedimentos metodológicos que sirvam de base para viabilizar o reconhecimento e análise de contextos socioeconômico-culturais e ambientais, com vistas à prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento territorial. Parte-se do entendimento de que é necessário alargar o escopo da abordagem territorial, situando-o na perspectiva do diagnóstico, análise e prospecção em recortes territoriais, tais como, territórios, regiões ou municípios. Um primeiro passo foi dado, definindo bases epistêmico-teórico-metodológicas. Um dos desafios, na sequência, é definir uma matriz metodológica multidimensional.

Palavras-chave: Abordagem Territorial do Desenvolvimento. Território. Governança Territorial. Patrimônio Territorial. Desenvolvimento Territorial.

INTRODUÇÃO

Aludir à abordagem territorial, é conceber o território como referência fundamental. O debate sobre território, bem como sobre abordagem territorial, nas últimas décadas, tem sido recorrente, muitas vezes com compreensões diferenciadas, a ponto de se tornar quase um modismo.

Independente disso, a abordagem territorial tem se reafirmado nas últimas décadas, por várias razões, dentre elas: (i) a crise do fordismo e o processo de reestruturação do capitalismo, caminhando para a flexibilização, ampliando o entendimento de que os processos de crescimento industrial que apresentavam melhores indicadores eram aqueles que estavam assentados em dinâmicas territoriais específicas; (ii) aspectos políticos e institucionais, basicamente, da crise do Estado e da perda crescente de seu poder de regulação, gerando sucessivas alterações nas suas funções e incumbências, deixando de ser indutor do desenvolvimento, para ser regulador, alterando seu caráter centralizador, permitindo a participação das diversas instâncias e organizações da sociedade civil; (iii) a crise do paradigma agrário e das abordagens setoriais e produtivistas na agricultura, contribuiu na renovação do discurso, gerando tendências à diversificação da economia rural, articulações e vínculos intersetoriais, a crítica ao planejamento centralizado de políticas públicas, tanto na perspectiva econômica, quanto desde a lógica da construção de sociedades mais democráticas (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021). No entanto, os primeiros momentos da abordagem territorial no Brasil tiveram forte influência internacional, em especial, programas ou políticas públicas com foco na abordagem territorial, como o programa Ligações entre Ações de

Desenvolvimento das Economias Rurais (LEADER) na União Europeia e a influência da literatura neomarshalliana.

Assim, em especial, a partir dos anos 2000, a abordagem territorial chegou a ser assumida como inspiradora de programas de desenvolvimento no meio rural. Parte-se do entendimento de que é necessário alargar seu escopo, situando-o na perspectiva do diagnóstico, análise e prospecção territorial. Assume-se, portanto, o desafio do estudo de recortes ou arranjos territoriais, contemplando os princípios da integração, complexidade, multim dimensionalidade e um olhar multi-interdisciplinar (DALLABRIDA, 2021).

Vários são os percursos acadêmico-científicos possíveis de serem percorridos. Estudos realizados, desde o segundo semestre de 2020, por um grupo de mais de trinta pesquisadores, oriundos de vinte universidades, do Brasil, Portugal, Espanha e Argentina, definiram um percurso, tendo como propósito central: mapear os pressupostos epistêmico-teórico-metodológicos que atendessem à perspectiva territorial de análise, com o fim de orientar a elaboração de procedimentos metodológicos que servissem de base para viabilizar o reconhecimento e análise de contextos socioeconômico-culturais e ambientais, com vistas à prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento territorial¹.

Assim, epistemologicamente, entendeu-se que a Nova Teoria dos Sistemas, a Teoria da Complexidade, o Materialismo Histórico-Dialético e a perspectiva teórica do Descentramento e Decolonialidade, deveriam servir como campos epistêmicos na análise e prospecção territorial. Tais bases, resumidamente, indicam que os estudos com enfoque territorial tem implicações, tais como: (i) que o território exige ser analisado como conjunto de componentes (socioeconômico-cultural-ambiental) e variáveis organizadas, interdependentes e integradas; (ii) a compreensão da realidade seja feita a partir de suas diversas dimensões inter-relacionadas, na tentativa de superar abordagens disciplinares ou setoriais quando da análise de realidades complexas como o território; (iii) que a interpretação histórica e social da realidade, se esforce em captar as articulações dos problemas, analisar as evoluções e rastrear as conexões entre os fenômenos e situações territoriais; (iv) que a perspectiva da decolonialidade nos indica que decolonizar a teoria é um dos passos para gerar autonomia e poder territorial; (v) que a perspectiva do descentramento oriente o planejamento e gestão territorial para a superação de práticas em que planos ou estratégias territoriais tomam como referência os setores mais dinâmicos em detrimentos dos periféricos (DALLABRIDA; ROTA; BÜTTENBENDER, 2021).

Essa base epistêmica aporta o indicativo de que a abordagem territorial precisa assumir a categoria conceitual desenvolvimento territorial, como um novo “paradigma científico multidisciplinar” que permita abarcar a pluralidade de interesses e motivações presentes no território, compreendendo integradamente suas múltiplas dimensões (DALLABRIDA et al., 2021a). Do ponto de vista teórico, assumiu-se uma estrutura axiomática sustentada em quatro categorias

¹ Faz-se referência a dois projetos de pesquisa - *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões* (CNPQ); *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões: pressupostos epistêmico-teóricos e proposta de instrumental metodológico* (PPGDTS-UFPR) -, em execução desde fevereiro de 2021.

conceituais: (i) uma categoria de partida, o território, como **estrutura** socioterritorial em que suas partes se inter-relacionam; (ii) uma categoria de intermediação, a governança territorial, como **processo**, representando como são confrontados diferentes interesses/intenções, com o propósito de construir convergências quanto ao futuro desejado territorialmente; (iii) uma categoria resultante, entendendo que toda estrutura, temporal e historicamente construída, assume uma **forma**, neste caso, representada pelo patrimônio territorial; (iv) uma categoria de funcionalidade, entendendo que do confronto entre diferentes projetos de futuro resultam configurações espaciais, demarcadas administrativamente (municípios, regiões, países) ou por relações de identidade, ancoragem e pertencimento a um lugar (territórios), como **função** da forma, o que chamamos desenvolvimento territorial (ou local/regional), fazendo parte da utopia desejada e sua concretude momentânea, representando a realidade possível (DALLABRIDA, 2020a). Esta estrutura axiomática representa os percursos do processo de operacionalização da dinâmica territorial do desenvolvimento, assumindo as premissas da abordagem territorial (DALLABRIDA, 2021).

O patrimônio territorial, como o arranjo territorial resultante de processos socioinstitucionais de conversação, é constituído pelo conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental, resultante das interações entre suas seis dimensões: social, produtiva, natural, humano-intelectual, institucional e cultural (DALLABRIDA, 2020b; DALLABRIDA, 2021).

Metodologicamente, tem-se como indicativo a necessidade da adoção de abordagens e procedimentos metodológicos que, necessariamente, favoreçam a interfertilização de saberes e a triangulação de métodos (DALLABRIDA et al., 2021a). Tem-se presente que orientar a análise e prospecção territorial com base nos princípios epistêmico-teórico-metodológicos aqui mencionados, exige um alto grau de complexidade, portanto, sendo uma tarefa hercúlea.

O grupo de pesquisadores envolvidos no processo de investigação aqui referido, assumiu o desafio de refletir teoricamente e avançar nas suas práticas, com o fim de atender às exigências da abordagem territorial do desenvolvimento. Com certeza, não chegamos lá. Tem-se uma caminhada inicial, compreendendo: (i) a definição de um referencial epistêmico-teórico-metodológico²; (ii) a proposição de indicativos teórico-metodológicos que sirvam de referência para, numa etapa sequencial³, (iii) propor uma matriz metodológica multidimensional⁴, (iv) fazer sua aplicação piloto e, finalmente, (v) validar um instrumental metodológico multidimensional com o fim de ser utilizado em estudos integrados de diagnóstico, análise e prospecção territorial⁵. Portanto, esse processo de

² Desta primeira etapa, já concluída no primeiro semestre de 2021, resultou dois artigos já publicados: Dallabrida, Rotta e Büntenbender (2021) e Dallabrida et al. (2021a).

³ Da execução desta meta resultou Dossiê Temático, com publicação no primeiro trimestre de 2022, na Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (Unitau-SP).

⁴ Esta meta tem sua execução prevista para o primeiro semestre de 2022.

⁵ Esta última etapa da investigação ocorrerá ao longo dos anos de 2022 e 2023. Para orientar o processo de articulação territorial que será exigido no processo de investigação, um artigo que está no prelo, propõe-se apresentar indicativos: Dallabrida et al. (2021b)

investigação faz parte de uma longa caminhada, a qual deverá se constituir em um processo ininterrupto de aprendizagem.

Com o fim de ampliar o debate sobre abordagem territorial do desenvolvimento, além destas considerações iniciais, o presente texto está estruturado em mais cinco seções⁶: (i) uma síntese sobre a origem, significado e avanços propostos pela abordagem territorial; (ii) uma menção às suas bases epistêmico-teórico-metodológicas; (iii) indicação dos desafios de se pensar um referencial metodológico multirreferencial para o diagnóstico, a análise e prospecção territorial; (iv) uma menção à caminhada até o momento e aos possíveis impactos científicos do enfoque territorial no campo do planejamento urbano e regional e 'esperanças' quanto à prática do desenvolvimento; (v) as considerações finais.

ORIGEM, SIGNIFICADO E AVANÇOS DA ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO

O conceito de território associado ao de desenvolvimento tem estado presente nas discussões tanto da academia quanto nas políticas públicas, pelo menos, desde a década de 1990. A diversidade de estudos que tratam do desenvolvimento territorial traz uma multiplicidade de significados, beirando uma fadiga conceitual (SOUZA, 2009).

Na Geografia, onde se dá a gênese do conceito, embora se enfatize diferentes dimensões, há certo consenso de que território está relacionado à ideia de poder, podendo-se identificar três vertentes básicas: política, cultural e econômica (HAESBAERT, 2004). Porém, o conceito tem origem nas formulações de Ratzel, no contexto da unificação alemã e da formação do estado territorial moderno no final do século XIX. O território para Ratzel está fortemente atrelado ao poder unidimensional do Estado (CASTRO, 2005).

Nas ciências em geral, pode-se reunir as abordagens territoriais em três perspectivas: a materialista, a idealista e a integradora. A perspectiva materialista do território envolve concepções naturalistas, econômicas e jurídico-políticas, que estão vinculadas à terra e à materialidade. As concepções idealistas compreendem o território enquanto signo capaz de ser entendido por códigos culturais nele impregnados. Já a perspectiva integradora ou relacional parte do pressuposto de que não há vida sem, ao mesmo tempo, atividade econômica, poder político e criação de significado, de cultura. Por conseguinte, o território é concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, ora mais material, das relações econômicas e políticas, ora mais simbólico, das relações culturais (HAESBAERT, 2004).

Nesse sentido, Becker (1983) afirma que face à multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se da geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais. Segundo a autora, o território é um produto "produzido" pela prática social, e também um produto "consumido", vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto, a prática social.

⁶ Os autores agradecem ao professor Dr. Valdir Roque Dallabrida pela sua colaboração na estruturação e revisão final do texto.

Raffestin (1993), referência elementar para aqueles que se propõem a investigar questões territoriais, ressalta que toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. Reforça que a dissimetria é o feito do poder. O poder é imanente a toda relação que é o teatro e o lugar do confronto. O que fundamenta o poder é a capacidade que os homens têm de transformar, por seu trabalho, a natureza que os circunda e suas próprias relações sociais. Pela inovação técnica e econômica, os homens transformam seu meio natural. Pela inovação social e cultural, transformam seu meio social. Desse modo, territorializar significa criar mediações espaciais, sejam organizacionais ou institucionais que proporcionem poder sobre a reprodução de grupos sociais, poder este, multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de dominação ou apropriação (SOUZA, 2009).

Com base no acima mencionado, entende-se que a concepção de território relacional pode contribuir para a compreensão das dinâmicas do desenvolvimento, destacando como os atores agem, que estratégias empregam e as repercussões desse poder sobre o espaço.

A abordagem territorial começa a ser associada ao conceito de desenvolvimento no cenário europeu. Segundo Mendonça e Ortega (2005) a Terceira Itália chegou a tornar-se uma referência paradigmática para a formulação e implantação de estratégias de desenvolvimento territorial, uma vez que caracterizava uma região que conseguira encontrar respostas próprias e inovadoras de desenvolvimento.

A maior atenção dispensada à endogenia, aos poucos é incorporada às políticas agrícolas, que também sofrem mudanças quanto ao caráter setorial e produtivista. Passam a incorporar aspectos de sustentabilidade e multifuncionalidade da agricultura e a perspectiva territorial. Nesse sentido, o programa LEADER, criado em 1991 na Europa, torna-se referência em questão de políticas territoriais de desenvolvimento rural. Sua característica mais inovadora se refere ao viés territorial em oposição ao setorial, sustentado por uma abordagem de desenvolvimento *bottom-up*, de base participativa, multissetorial e integrada (BEDUSCHI FILHO, ABRAMOVAY, 2004).

Na América Latina a emergência de programas e políticas nacionais de desenvolvimento territorial se dá a partir do final dos anos 1990. O Brasil teve um protagonismo que não pode ser desconsiderado, dado principalmente pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) e Programa Territórios da Cidadania (PTC).

Sabourin, Massardier e Sotomayor (2016), após um conjunto de estudos sobre as políticas territoriais latino-americanas observam haver um modelo comum em dois níveis. Em primeiro lugar, no que diz respeito aos referenciais. São mobilizadas as noções de desenvolvimento endógeno e sustentável dos territórios, da descentralização ou desconcentração do estado, de participação dos atores desses territórios, de identidade territorial, de multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais. Em segundo lugar, em termos de instrumentos. Foram utilizadas ferramentas clássicas de planejamento nacional e regional, zoneamentos de territórios específicos, dispositivos participativos (comissões ou conselhos territoriais, gestão social ou integrada), dimensão transversal (ruralidade, combate à pobreza, saúde pública e seguridade alimentar, meio

ambiente, educação), além de atribuição de subsídios ou crédito para projetos coletivos.

Enquanto desafios, os autores apontam a necessidade de integração dos programas de desenvolvimento de maneira a valorizar atributos territoriais e, as sinergias possíveis entre agricultura, meio ambiente, turismo, artesanato, comércio e agroindústria. Além disso, o fomento as iniciativas que procuram aproximar produtores, mercados de consumidores e agroindústria. Alertam sobretudo para o risco do culto ao território que deixaria esquecer o fato que todo território está inserido num quadro global, geralmente também determinante. Perpassa evitar enfoques demasiado endógenos que negligenciam as interações entre o território e o seu ambiente externo, ou entre territórios vizinhos (SABOURIN; MASSARDIER; SOTOMAYOR, 2016).

Perafán (2020) ressalta que apesar da distância que os programas com enfoque territorial ficaram dos referenciais que orientavam seu desenho, tais referenciais são pertinentes no contexto dos territórios rurais do século XXI, cujas tramas e escalas são bem diferentes daquelas do século passado. Diante disso, é importante não perder de vista que o território resulta das práticas e representações de atores diversos, com interesses conflitantes e não da delimitação física que demarca um caráter estático. Os espaços rurais contemporâneos não são mais só receptáculos de atividades primárias, mas coexistem com atividades e outros sentidos dados aos espaços de vida. Destaca-se a necessária valorização dos espaços urbanos e sua relação de interdependência e de complementariedade com os espaços rurais, compreendendo os fluxos que se estabelecem entre estas duas categorias e as diversas escalas que se configuram em suas trocas.

Na mesma perspectiva, Favareto (2020) defende que as transformações do capitalismo contemporâneo têm trazido uma crise nos paradigmas para se pensar a questão territorial. Dificilmente haverá uma renovação das utopias brasileiras sobre o desenvolvimento do país sem um tratamento afirmativo da diversidade que nos é distintiva. A principal tarefa de quem se dedica aos estudos territoriais é produzir evidências que permitam compreender melhor a natureza dos processos internos e de suas relações externas.

Para que os estudos avancem no seu papel de defesa da diversidade e sua interdependência com o espaço urbano, uma das questões ainda pouco tratadas é definir uma base epistêmico-teórica orientadora, além de instrumentos metodológicos que atendam a perspectiva territorial de análise⁷.

UM REFERENCIAL EPISTÊMICO-TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA EMBASAR A ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO

Quando se propõe falar de um referencial epistemológico-teórico-metodológico para embasar estudos que tenham por propósito a abordagem territorial do desenvolvimento se está pensando na direção do que propõe Sanchez Gamboa (1998), ao falar de um “esquema paradigmático” que articula diversos níveis de uma realidade. Em caminho semelhante se poderia aludir a uma tradição consolidada nas ciências sociais da necessidade de construir um

⁷ Os estudos proporcionados no processo de investigação referidos nas notas iniciais deste artigo, já apontam alguns indicativos nesse sentido.

“modelo teórico-metodológico”, ou um “esquema mental” que nos permita uma aproximação do objeto e construção/reconstrução constante dos entendimentos e das relações, tendo sempre presente que os conceitos são ferramentas que o cientista utiliza para fazer a aproximação com o real (FONSECA, 2014) e que os esquemas lógicos precisam ser complementados pelas condições sócio-históricas que determinam a produção científica (SANCHEZ GAMBOA, 1997).

Arenhart et al. (2021a) procura detalhar a proposta de Sanchez Gamboa, identificando o que seriam estes níveis e como eles se articulariam em uma totalidade: os níveis epistemológico, teórico, metodológico e técnico. Ao referir-se ao nível epistemológico destaca que ele abrange o conceito de causalidade, a definição dos critérios de cientificidade e a concepção de ciência que orienta a pesquisa. Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021) e Dallabrida et al. (2021) procuram responder a estes elementos epistemológicos nos estudos que tenham por referência a abordagem territorial do desenvolvimento. Indicam compreensões epistemológicas na direção de quatro grandes “campos epistêmicos”: (i) a Nova Teoria dos Sistemas; (ii) a Teoria da Complexidade; (iii) o Materialismo Histórico-dialético; (iv) e a Perspectiva da Decolonialidade e do Descentramento. Estes campos indicam características essenciais na concepção e produção do conhecimento, tais como o caráter relacional, sistêmico (na ideia de sistemas abertos e não lineares), interdependente, iterativo, aberto, plural, diverso, integrado, dialético, dinâmico, contraditório, histórico, entre outros.

Ao referir-se ao nível teórico, Arenhart et al. (2021a) destaca que caberiam aí três elementos de uma pesquisa: “a fundamentação teórica, as pretensões críticas com relação a outras teorias e os tipos de mudança propostas, vinculados aos interesses diretos do conhecimento” (p. 76). Procurando dar conta deste nível, Dallabrida et al. (2021a) identificam quais seriam os conceitos chave que estão na base dos estudos da abordagem territorial do desenvolvimento: território, governança territorial, patrimônio territorial e desenvolvimento territorial, conforme descrito na introdução.

Quando se trata de refletir sobre o nível metodológico, Arenhart et al. (2021a) refere que se está às voltas com o que, nos manuais de metodologia, se chama “métodos de abordagem”. Ou seja, “às maneiras como são organizados os processos de conhecimento”, “aos passos, procedimentos, estratégias e maneiras de abordar os problemas e os objetos de investigação [...]”. A abordagem metodológica fundamenta as técnicas utilizadas” (p. 75). Visando identificar os métodos de abordagem mais condizentes com os estudos da abordagem territorial do desenvolvimento, Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021) e Dallabrida et al. (2021a) referem o sistêmico, dialético-crítico e complexo-paradoxal - também denominado por Arenhart et al. (2021b) de ecossistêmica -, mas não descartam a utilização das demais abordagens, entre elas a fenomenológica e a empírico-analítica. Inclusive, propõem, como referência, a ideia da “triangulação de métodos”, como sugerido por Minayo (2014), em razão de se constituírem em investigações de caráter interdisciplinar e envolverem pesquisadores de múltiplas tradições teórico-metodológicas. Porém, alertam que o trabalho na perspectiva da “triangulação de métodos” precisa ser orientado por um “quadro de referência”, assim como uma linha editorial de uma empresa de comunicação.

No que se refere ao quarto nível, o técnico, Arenhart et al (2021a, p. 74) entende se tratar dos “[...] instrumentos e passos operacionais com que são coletados e sistematizados os registros, os documentos e as informações sobre o real”. Ou seja, se trata de definir as técnicas de coleta e análise de dados que serão utilizadas nas pesquisas. Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021) e Dallabrida et al. (2021a) identificam que, nas pesquisas que tenham como objeto a abordagem territorial do desenvolvimento, se pode lançar mão de uma variedade enorme de técnicas de coleta de dados primários e secundários, com atenção especial para estudo de documentos, análise bibliográfica, questionários, entrevistas, observação participante, seminários com grupos focais, registros da vida cotidiana, entre outros. No plano das técnicas de análise, entendem que se possa trabalhar com hermenêutica de profundidade, modelo hermenêutico da correspondência de relações texto/contexto, análise estatística, análise de conteúdo, análise do discurso, análise textual discursiva, entre outros. Mas destacam a necessidade de um “quadro de referência compartilhado” e que possibilite o diálogo profícuo entre os pesquisadores dispostos a trabalhar de forma articulada e cooperada.

Arenhart et al (2021a, p. 78) ainda refere que, além da clareza e articulação entre os quatro níveis que orientam a investigação, se faz necessário, para manter a perspectiva da totalidade, a atenção para pressupostos gnosiológicos, ontológicos e sócio-históricos. Os pressupostos gnosiológicos se referem aos “[...] critérios de construção do objeto científico, às maneiras de relacionar o sujeito e o objeto, de tratar o real, o abstrato e o concreto na investigação científica”. São os “elementos metateóricos” que, geralmente implícitos, orientam as escolhas e as formas de construção do conhecimento. Os pressupostos ontológicos são aqueles que estão presentes nas concepções de ser humano, natureza, história, sociedade e realidade. Sanchez Gamboa (1997) refere que a concepção de realidade, ou “visão de mundo”, é a categoria mais geral que organiza os conteúdos das noções anteriores. Portanto, os pressupostos gnosiológicos e ontológicos são questões de fundo, geralmente “niveladas” ou pactuadas na constituição de grupos de investigação. Eles requerem estudos, reflexões, diálogos, argumentações, explicitações, elaborações teóricas e seminários de “nivelamento” e pactuação no grupo de pesquisadores envolvidos.

Porém, como já referido no início desta sessão, o constructo mental, ou arcabouço epistemológico-teórico-metodológico, precisa ser visto como ferramenta que o grupo de investigadores utiliza para se aproximar do real. Politzer et al. (1970, p. 23) nos alerta que “a teoria não é um dogma, mas um guia para a ação”. As condições sócio-históricas dos “campos de investigação empírica” são condicionantes essenciais do processo e precisam ser compreendidas pela equipe de pesquisadores. Neste sentido, as pesquisas que tenham como objeto a abordagem territorial do desenvolvimento precisam prever, em suas estratégias metodológicas, como farão esta relação (DALLABRIDA; ROTTA; BÜTTENBENDER, 2021; DALLABRIDA et al., 2021a).

Considerando os avanços aqui propostos, a prática dos estudos territoriais ainda tem um longo caminho a percorrer.

O DESAFIO DE SE BUSCAR UM REFERENCIAL METODOLÓGICO MULTIDIMENSIONAL PARA A ANÁLISE E PROSPECÇÃO TERRITORIAL

O que se mede em uma sociedade está baseado nos conceitos vigentes em determinado contexto sócio-histórico. Stiglitz, Sen e Fitoussi (2010) afirmam que o que medimos afeta o que fazemos e se nossas medições são falhas, as decisões podem ser distorcidas.

Tomando essa perspectiva como pressuposto, abre-se a discussão sobre como mensurar, analisar e diagnosticar o desenvolvimento de um território. Inicia-se a reflexão remetendo à própria transformação do conceito de desenvolvimento, que deixa de ser sinónimo de crescimento econômico para incorporar uma abordagem multidimensional.

A constatação de que o crescimento econômico não provocava, por si só, uma evolução no nível de qualidade de vida da população levou à busca de novas informações e indicadores que fossem capazes de melhor refletir a melhoria do bem-estar da população que o PIB per capita (GUIMARÃES; JANUZZI, 2005, p. 75).

Neste texto, adota-se a abordagem na qual o território, como *locus* do processo histórico, é objeto central das investigações que o relacionam à perspectiva multidimensional e interdisciplinar do desenvolvimento (RAFFESTIN, 1993; PECQUEUR, 1992; ETGES, 2005), o que se manifesta no conceito de patrimônio territorial.

O patrimônio territorial é aqui concebido como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural, na relação com o entorno ambiental. Inclui tanto os elementos herdados do passado longínquo, quanto os que se sobrepõem ao território constantemente (DALLABRIDA, 2020b, p. 12).

Considerando esta concepção, mensurar o desenvolvimento passa pela análise do patrimônio territorial, que por sua vez leva a uma abordagem multidimensional, que demanda o repensar dos métodos de pesquisa necessários para o diagnóstico, a análise e prospecção territorial. Compreender cada uma das dimensões que compõem um território, considerando sua dinâmica e especificidades, é um passo inicial, ao qual sucede a necessidade de estabelecer os aspectos relacionais e interdependentes das dimensões, em uma clara superação de uma visão fractal. O desafio é desenhar métodos e técnicas de pesquisa que permitam tanto uma aproximação dos diversos fenômenos situados no território, quanto a forma de correlação entre as dimensões do território e seus componentes.

Por ser multidimensional, a mensuração e análise do desenvolvimento de um território demanda métodos compostos. Parte-se da observação dos eventos empíricos da realidade social para obtenção de dados, que podem ser coletados por técnicas diversas (entrevistas, questionários, documentos, observação) para gerar indicadores. O indicador comunica sobre o progresso em direção a uma determinada meta. Deixa mais perceptível uma tendência ou fenômeno não imediatamente detectável por meio dos dados isolados (BELLEN, 2009).

Os indicadores cumprem funções tais como: (i) melhorar o gerenciamento do processo de implementação do desenvolvimento em um território; (ii) identificar as carências e recursos locais potenciais e ativos no processo de

desenvolvimento; (iii) dar subsídios para planejar o desenvolvimento; (iv) fomentar atividades e ações em prol do desenvolvimento. Tais indicadores podem ter tipologias variadas: (i) indicadores subjetivos (qualitativos), que são medidas construídas a partir da avaliação de especialistas com relação a diferentes aspectos da realidade; (ii) indicadores objetivos (quantitativos), que são ocorrências concretas e medidas empíricas da realidade social; (iii) indicadores descritivos, que descrevem características e aspectos da realidade empírica; ou indicadores normativos, que refletem critérios normalizados (JANNUZZI, 2001). A aglutinação de indicadores leva à construção de índices, estes compostos. Os índices são elaborados mediante a agregação de dois ou mais indicadores simples, referidos a uma mesma dimensão, ou a diferentes dimensões, da realidade, conforme propõe Bellen (2009).

O percurso para se chegar em um índice é apresentado na Figura 1.

Figura 1- Estrutura de um índice de mensuração



Fonte: Jannuzzi (2001, p. 22).

Transpondo o modelo geral proposto na Figura 1 para o desafio de análise do patrimônio territorial, tem-se como primeiro ponto de atenção a própria limitação dos dados secundários (indicadores) existentes, muitas vezes defasados temporalmente, escassos, como no caso da dimensão cultural, ou com recortes amostrais incompatíveis com o território delimitado. Para tal, faz-se necessário incorporar a coleta de dados primária para registro de dados e estruturação de indicadores adequados e condizentes com o conceito de desenvolvimento territorial⁸.

Um segundo desafio que se impõe diz respeito a heterogeneidade dos dados e indicadores, uma vez que são necessárias técnicas múltiplas para a compreensão de cada evento empírico. Por exemplo, rendimento médio do emprego formal e caracterização dos movimentos culturais de um território, são dados muito relevantes para as dimensões produtiva e cultural, respectivamente, no entanto, possuem apresentação distinta dos resultados quanto à forma, sendo um quantitativo e outro qualitativo. Aglutinar esses indicadores para gerar um índice é um dos desafios metodológicos, dada a complexidade conceitual do desenvolvimento.

Entende-se que, com base em conceitos, fundamenta-se uma análise qualitativa, que pode ser posta em termos escalares e, com isso, chegar em um

⁸ Em seis artigos que compõem um dossiê, em processo de publicação na Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (Unitau-SP), são propostos referenciais metodológicos em cada uma das dimensões do patrimônio territorial (social, produtiva, cultural, natural, institucional e humano-intelectual), que servirão para a estruturação de uma “matriz metodológica multidimensional”, como parte de um processo de investigação que está em execução desde fevereiro de 2021.

índice que reflita o patrimônio cultural de um território e como ele possa ser ativado como vetor de desenvolvimento.

CAMINHADA E POTENCIAS IMPACTOS DO ENFOQUE TERRITORIAL NO CAMPO DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL E 'ESPERANÇAS'⁹ QUANTO À PRÁTICA DO DESENVOLVIMENTO

A organização do campo científico do planejamento urbano e regional obteve contribuições de um mosaico composto pela multidisciplinariedade dos campos científicos de diferentes variantes teóricas, e de experiências do planejamento territorial da União Europeia, que incidiram importantes influências para fomentar no Brasil um olhar por meio da política regional com enfoque nas desigualdades territoriais.

Uma das possíveis influências da União Europeia para o planejamento territorial, foi representada pela iniciativa comunitária LEADER. Essa política apresentou um programa de inovação rural pautado pela inclusão social, por intermédio da promoção do desenvolvimento rural, centrando-se nas atividades de formação, de turismo rural, artesanato e valorização do território, alinhado à participação de atores locais (ENRD, 2019). Cabe mencionar, como importante referência no diálogo entre as experiências de planejamento territorial da União Europeia com o Brasil, a obra “Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil” (DINIZ, 2006), que reuniu importantes estudos apresentados no evento realizado em Brasília, em 2007.

No Brasil, entre os anos de 2003 e 2016, houve iniciativas do planejamento territorial, com ênfase na agenda de políticas públicas do governo federal, acompanhadas pelo fortalecimento de instituições. Foram programas do Ministério da Integração Nacional (MI) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), os quais propuseram uma agenda de estratégias para superação das desigualdades territoriais, em diálogo federativo com os governos estaduais, na promoção de planos e programas condizentes com as heterogeneidades estruturais do território. Apesar dos programas formulados pelo governo federal não terem avançado no sentido de sua implementação, houve importante avanço no que se refere à composição de repertório de políticas de planejamento territorial, com interessantes subsídios do campo de conhecimento do planejamento urbano e regional.

Desse período de tentativa de implementação de políticas com enfoque territorial resultaram estudos, divulgados na forma de publicações, tais como: (i) a coletânea “Economia Regional e Urbana” (DINIZ; CROCCO, 2006), produzida em coordenação com a Secretaria de Política de Desenvolvimento Regional (SDR), vinculada ao Ministério de Integração Nacional, em parceria com o Centro de Planejamento e Desenvolvimento Regional (CEDEPLAR), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); (ii) a oficina sobre a “Política Nacional de Ordenamento Territorial” (MIN, 2005), que concedeu importantes pistas para a organização do “Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento”, desenvolvida pelo Ministério do Orçamento e Planejamento; (iii) o projeto

⁹ O uso desse termo tem o sentido de prospectar possibilidades, conforme sugerido no tema do evento (ENANPUR/2022).

“Diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiro”, balizado pelo Ministério da Integração Nacional com apoio do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), que permitiu produzir importantes relatórios de pesquisa acerca da caracterização das especificidades dos territórios brasileiros. O enfoque dos estudos foi considerar as escalas macrorregional e a sub-regional, balizada pela polarização dos municípios, ao estarem inseridas na rede policêntrica de cidades do Brasil.

O Ministério da Integração da época balizou a sua tipologia territorial com base nas microrregiões, enquanto, o MDA se preocupou em priorizar o rural, subsidiado por uma regionalização que buscasse identificar as especificidades das mesorregiões do Brasil. O reposicionamento do planejamento rural pelo MDA requalificou o seu conceito e empreendeu como estratégia central a descentralização de políticas pela criação de conselhos para manutenção entre as demandas populares e os municípios. A ação no território foi direcionada às políticas de ordenamento territorial com ênfase na autonomia e autogestão, como formas de aplicação das políticas de descentralização, pela cooperação entre agentes públicos e privados, nacionais e locais, como forma de gestão das políticas, para geração de nova institucionalidade balizada na participação popular e no capital social (BRASIL, 2005).

Para o tratamento do planejamento direcionado ao território menciona-se as contribuições de Bitoun (2017), na elaboração de uma proposta de redimensionamento do Brasil rural, que consistiu em propor o diagnóstico para elaboração do planejamento territorial, de acordo com as especificidades locais, seguindo alguns critérios, tais como: (i) classe “essencialmente rural e isolada”, incluindo territórios como grandes extensões amazônicas distantes dos centros maiores, caracterizados pela dispersão demográfica, em pequenas localidades na floresta, considerando os municípios que ocupam grandes áreas, como no Cerrado, central e setentrional no Mato Grosso do Sul e os sertões central e meridional do Nordeste; (ii) a classe “relativamente rural e isolada”, concentrada em habitat urbano, em municípios em que as atividades econômicas como a mineração se destacavam, ao invés da agropecuária, a exemplo do Pampa no Pantanal e alguns municípios da Amazônia; (iii) a classe “relativamente rural e próxima” predominando dois polos opostos, em um deles, o baixo percentual de população no habitat rural, como no estado de São Paulo, e o outro, um rural com população residindo, mas com baixa dinâmica econômica, como no interior do Nordeste; os municípios com especialização nas atividades de serviços de turismo e lazer constituíam outro grupo, localizados nos litorais próximos às áreas metropolitanas, como Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina; (iv) a classe de municípios “essencialmente rural e próxima” caracterizados pelo alto percentual da população residente no habitat rural, próximo às cidades intermediárias, localizadas no Sul, em Minas, no Agreste, no Maranhão, na Zona da Mata do Nordeste e no nordeste do Pará.

Em relação às atividades produtivas, destaca-se também a contribuição de Matos e Andreatta (2015), na proposição das Rotas da Integração, no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), de 2014, renovada em 2018, em que se propôs a implementação de atividades produtivas, pautadas pelos arranjos produtivos locais (APL) para o desenvolvimento regional. As Rotas surgem no escopo da PNDR como parâmetros para fundamentação de

uma política para o desenvolvimento regional para o Brasil. As duas dimensões das Rotas são setoriais e territoriais, em que a noção de APL abriga essas dimensões e possibilita dinamizar economicamente o território. O recorte territorial define o espaço no qual serão trabalhadas a produção, o modelo de governança adotado e a virtualidade dos resultados para o meio imediato, social e natural. O recorte setorial é definido pelas ações a serem trabalhadas de modo integrado e cooperativo, no qual será responsável pela cadeia produtiva selecionada. A configuração do rural é utilizada na base para a manutenção dos princípios sistêmicos da natureza e configuram, no caso de regiões amazônicas, o paradigma tecnológico definido como paradigma agroextrativista, caracterizado pela especificidade no tratamento do uso social dos recursos e dos problemas (MATOS; ANDREATTA, 2015).

No Brasil, estas foram algumas das principais iniciativas em termos de avanços do enfoque territorial no campo do planejamento urbano e regional, desde os grupos de trabalhos que compuseram estudos sistemáticos, a iniciativa de regionalização dos espaços rurais e a caracterização das atividades produtivas de acordo com as particularidades econômicas, sociais e do meio ambiente dos territórios. Porém, a implementação de experiências de planejamento com foco territorial não avançou conforme os estudos realizados.

Neste sentido, são da maior importância os estudos que proponham, não somente a recuperação de iniciativas do passado recente em termos de planejamento com enfoque territorial, mas, avançando. A abordagem, como a que é proposta por um grupo de estudos e investigação criado em 2020, já referido neste texto, indicando o território e seu patrimônio como referência para subsidiar o planejamento territorial, é uma das iniciativas a se destacar. Trata-se da proposta de referenciais epistêmico-teórico-metodológicos que considerem o território, integradamente, nas suas múltiplas dimensões: social, produtiva, natural, humano-intelectual, institucional e cultural¹⁰.

Neste processo de estudos e investigação, o território é concebido como uma construção social resultante de acúmulos, herdados de um passado longínquo ou mais recente, que se expressam contemporaneamente nas dimensões social, econômica, natural, cultural, institucional, humana e intelectual, as quais constituem o patrimônio territorial. Parte-se da compreensão de que é no campo epistemológico que se evidencia as diretrizes que orientarão o desvelamento do objeto de estudo, situando-o numa dada perspectiva paradigmática (DALLABRIDA et al. (2020). Resumindo, o processo em andamento, está focado no entendimento de que a abordagem territorial do desenvolvimento (i) atende a um propósito central, tal seja, ser uma alternativa de superação de análises de recortes espaciais, sejam eles rurais ou urbanos, centrados em procedimentos disciplinares e/ou setoriais, (ii) como uma condição para a realização de estudos que assumam a realidade socioeconômica, cultural e ambiental, de forma integrada, reconhecendo sua complexidade. Reafirma-se, que a abordagem territorial considera o território como parte da totalidade espacial, em que se expressa a diversidade, a relacionalidade e interação entre atores, a interdependência entre as dimensões tanto materiais quanto imateriais

¹⁰ A referência é ao processo de investigação, centrado no projeto de pesquisa *O patrimônio territorial como referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões*, já mencionado.

e o *locus* de manifestação de sistemas produtivos territoriais, de mediação e interdependência entre seres humanos e demais espécies de vida (DALLABRIDA et al., 2020).

Entende-se, portanto, que a observância dessas duas diretrizes - superação de análises centradas em procedimentos disciplinares e/ou setoriais e a necessidade de considerar a realidade territorial de forma integrada, reconhecendo sua complexidade -, são parâmetros essenciais a serem considerados em propostas que provenham do campo “Planejamento Urbano e Regional”, que pretendam avançar, sem serem “mais do mesmo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação que originou o presente texto atendeu ao objetivo de uma investigação em andamento, na qual é pretendido mapear os pressupostos epistêmico-teórico-metodológicos que atendam à perspectiva territorial de análise, com o fim de orientar a elaboração de procedimentos metodológicos que sirvam de base para viabilizar o reconhecimento e análise de contextos socioeconômico-culturais e ambientais, com vistas à prospecção de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento territorial.

A abordagem territorial do desenvolvimento é uma perspectiva acadêmica que tem se apresentado como uma possibilidade de avanço, com o propósito de se pensar o planejamento e gestão territorial desde a multidimensionalidade e interdisciplinarmente. Dentre as exigências para tal, uma delas é a necessidade de alargar o escopo da abordagem territorial, situando-o na perspectiva do diagnóstico, análise e prospecção em recortes territoriais, tais como, territórios, regiões ou municípios.

Em um processo de estudos e investigação ainda em execução, tem-se dado um primeiro passo, definindo bases epistêmico-teórico-metodológicas. Como horizonte, pretende-se definir uma matriz metodológica multidimensional, a qual sirva para a realização de um profundo diagnóstico territorial, que permita a prospecção de alternativas de desenvolvimento, atendendo a perspectiva territorial de análise. Tem-se apresentado como uma caminhada profícua de aprendizados, com muitos desafios, no entanto, já apresentando resultados preliminares, conforme explicitados neste texto.

Portanto, são essas as “esperanças” quanto à prática do desenvolvimento, que o grupo de estudos e investigação, aqui referido, propõem: a busca de uma alternativa de superação de técnicas e procedimentos tradicionais, centrados em abordagens disciplinares e/ou setoriais, como condição essencial para a realização de estudos que assumam integralmente a perspectiva territorial.

REFERÊNCIAS:

ARENHART, L. O. et al. *Metodologia e epistemologia: um olhar reflexivo e analítico sobre procedimentos de pesquisa*. Cruz Alta: Ilustração, 2021a.

ARENHART, L. O. et al. Abordagens teórico-metodológicas de pesquisa: de Jürgen Habermas a Edgar Morin (137-158). In: Prestes, F. S. et al. (orgs.).

Escrita e pesquisa em educação nas ciências: interlocuções de conhecimentos do pós-doutorado. Cruz Alta: Ilustração, 2021b.

BECKER, B. K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo (1-21). In: Becker, B. K.; Costa, R. K.; Silveira, C. B. (Orgs.). *Abordagens políticas da espacialidade.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BEDUSCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, 35-70, set./dez./2004.

BELLEN, H. M. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BITOUN, J. *Tipologia Regionalizada dos Espaços Rurais Brasileiros: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas.* Carlos Miranda (Organizador da Série). Brasília: IICA, 2017 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 22).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). *Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil.* Brasília: MDA/SDT, 2005.

CASTRO, I. E. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DALLABRIDA, V. R. *Apresentação do Dossiê "Abordagem territorial do desenvolvimento e o desafio de um instrumental metodológico multidimensional"*. Matinhos (PR): UFPR, 2021 (Inédito, em processo de edição na revista G&DR-Unitau).

DALLABRIDA, V. R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. *G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 2, 63-78, mai-ago/2020a.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, v. 18, n. 52, 12-32, jul./2020b.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. Categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial. *Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, v. 7, n. 1, 43-80, jan./junho/2021a.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L.; COVAS, A. M. A.; COVAS, M. M. C. M.; COSTAMAGNA, P.; MENEZES, E. C. O. *Estado e sociedade na construção de capacidades para fortalecer práticas de governança territorial.* Matinhos: PPGDTS/UFPR, 2021b (no prelo).

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 2, 256-273, mai-ago/2021.

DINIZ, C. C. (Org.). *Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. (Org.). *Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora UFMG/CEDEPLAR, 2006.

ENRD-European Network for rural development. *Rural development programmes 2014-2020*. Key facts & figures. Focus Area 6B: Fostering local development, 2019. https://enrd.ec.europa.eu/sites/enrd/files/focus-area-summary_6b.pdf. (Accessed on 14-04-2020).

ETGES, V. E. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 3, 47-55, 2005.

FAVARETO, A. Multiescalaridade e multidimensionalidade nas políticas e nos processos de desenvolvimento territorial –acelerar a transição de paradigmas (61-91). In: Silveira, R. L. L.; Deponti, C. M. (Org.) *Desenvolvimento regional: processos, políticas e transformações territoriais*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.

FONSECA, P. D. C. Desenvolvimentismo: a construção do conceito (29-78). In: Calixtre, A. B.; Biancarelli, A. M.; Cintra, M. A. M. (Orgs.). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. Uma análise crítica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, v. 7, n. 1, 73-90, 2005.

HAESBAERT, R. Definindo território para entender a desterritorialização (35-98). In: Haesbaert, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

JANNUZZI, P. M. *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Editora Alínea, 2001.

COSTA, Francisco Assis. Rotas de Integração Nacional Arranjos Produtivos Locais Prioritários para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo da Amazônia. Rotas da Integração Nacional: desenvolvimento regional pela inclusão produtiva, 2015.

MATOS, M.; ANDREATTA, A. C. (Coord.). *Rotas de Integração Nacional: sumário executivo*. Rio de Janeiro: RedeSist/UFRJ, 2015.

MENDONÇA, N.; ORTEGA, A. C. Estratégias de desenvolvimento territorial rural: governo FHC X governo Lula. In: Encontro Nacional de Economia Política, 10, maio 2005, Campinas, **Anais...**, Campinas: 2005. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/xcongresso107.pdf>. Acesso em out/2010.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento – Pesquisa qualitativa em saúde*. 14 ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.

MIN - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Política Nacional de Ordenamento Territorial*. Brasília: MIN/IICA, 2005.

PECQUEUR, B. Territoire, territorialité et développement: industrie et territoire – les SPL. *Colloque IREPD*, Grenoble, outubro, 1992.

PERAFÁN, M. E. V. Multiescalas e multidimensionalidades nas políticas de desenvolvimento territorial. In: Silveira, R. L. L.; Deponti, C. M. (Org.)

Desenvolvimento regional: processos, políticas e transformações territoriais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p.91-112.

POLITZER, G. et. al. *Princípios Fundamentais de Filosofia.* São Paulo: Hemus, 1970.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder.* São Paulo: Ática, 1993.

SABOURIN, E. P.; MASSARDIER, G; SOTOMAYOR, O. As políticas de desenvolvimento territorial rural na América Latina: uma hibridação das fontes e da implementação Mundos Plurales. *Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública.* v. 3, v.1, 75-98, mayo 2016.

SANCHEZ GAMBOA, S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto (91-115). In: Fazenda, I. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional.* 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANCHEZ GAMBOA, S. *Epistemologia da pesquisa em educação.* Campinas/SP: Práxis, 1998.

SOUZA, M. L. “Território” da diversidade (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: Saquet, M. A.; Spósito, E. S. (Orgs). *Territórios e territorialidades: teorias processos e conflitos.* São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

STIGLITZ, J.E.; SEN, A.; FITOUSSI, J.-P. *Mis-measuring our lives.* New York: The New Press, 2010.